

A Liturgia antes do Concílio Vaticano II

Pela primeira vez na história, a Santa Igreja se propôs fazer uma «reforma geral da Liturgia». Decretou-a o Concílio Vaticano II (SC 21) e tem vindo a ser executada nos anos que se lhe seguiram. E porquê? Porque a Liturgia não estava sendo já, para o povo cristão, aquilo que constitui a sua própria definição, a «Oração da Igreja». Não o estava sendo, não dizemos em princípio, mas de facto, em relação à vida corrente das pessoas e das comunidades cristãs. Na realidade, a Liturgia não estava sendo já olhada pelos fiéis como a forma principal e normal da *sua* oração, como o fôra no princípio.

Nas origens da Liturgia cristã

Dende o início que os discípulos de Cristo, logo conhecidos pelo nome de «cristãos» (*Act.* 11, 26), se *reuniam* para a *oração*. Esta reunião recebeu o nome de *ecclesia*, assembleia, «igreja». A pregação dos Apóstolos, a fracção do pão (a Eucaristia), as orações, o sentido da comunhão fraterna, eram os elementos fundamentais de tais assembleias (*Act.* 2, 42 e 46).

Notemos a presença destes dois elementos: os crentes *reúnem-se* e *reúnem-se* para celebrarem os mistérios da sua fé, ou dito de maneira genérica, para a *oração*. Esta «oração» é a oração de todos e de cada um. É a assembleia da oração, a Igreja em oração. Não há dois planos de celebração: um litúrgico, oficial, tido como distante dos fiéis e directamente acessível quase só aos que viriam a ser designados com o nome de clérigos, e outro verdadeiramente de oração, paralelo ao primeiro, desti-

nado então aos que viriam a ser ditos os «leigos». Há a oração da assembleia cristã, presidida pelos Apóstolos, futuramente pelos seus sucessores ou seus delegados, a oração da «ecclesia», a oração da Igreja. Há simplesmente «Liturgia», e esta é a «Oração da Igreja».

É evidente que os cristãos oravam também individualmente, porque bem entendiam que é preciso «orar sem interrupção», como já se lê na primeira carta saída das mãos de S. Paulo e dirigida a uma comunidade cristã (*I Tes.* 5, 17); mas aquela oração das assembleias em que tomavam parte era verdadeiramente oração de cada um, a *sua* oração. Era então verdade, de facto, mais do que viria a ser no futuro, que a «Liturgia» (antecipemos o vocábulo, mas não a realidade) constituía a oração da Igreja, da assembleia dos cristãos reunidos em oração, quer fosse para ouvir a Palavra, quer para as orações, quer para a «Ceia do Senhor» (*I Cor.* 11, 20). E a unidade de vida em «um só coração e uma só alma» (*Act.* 4, 32) nascia da união na assembleia celebrante e nela se manifestava.

Mas os tempos e os lugares trouxeram perspectivas novas.

Evoluções posteriores

A Liturgia da Igreja nasceu com a «Igreja», em Jerusalém, se não quisermos ir buscar muitos dos seus elementos à «Sinagoga» do povo de Deus do Antigo Testamento. Mas à medida que a pregação do Evangelho ia atingindo outros lugares — e isso aconteceu desde muito cedo — a vida litúrgica das diversas Igrejas foi-se diversificando, sem por isso se fragmentar, o que só prova que ela, a Liturgia, era realmente a expressão viva da oração de cada uma dessas Igrejas. E assim foi durante muito tempo. O que é, todavia, impressionante é a unidade fundamental da Liturgia em Igrejas tão diferentes e tão distantes entre si, desde as costas do Atlântico até ao rio Eufrates, desde a África do Norte até ao Norte da Europa. Unidade no mistério celebrado e nos ritos fundamentais da sua celebração, ao mesmo tempo que grande diversidade na organização desses ritos.

Mas os tempos iam passando, e com eles as gentes e as circunstâncias da vida das próprias comunidades cristãs. No fim do século V, por exemplo, a sociedade do antigo império romano é, na sua maioria, cristã. A vida litúrgica deixa de ser descoberta de qualquer coisa de novo, para ser herança legada de geração em geração. Desaparece o catecumenado,

porque os sacramentos da iniciação são agora dados, na maior parte das vezes, a crianças; o sistema penitencial afasta muitos da Eucaristia; as invasões dos povos bárbaros modificaram por completo a face da terra europeia e do seu modo de vida.

A partir do século VIII-IX, a língua latina mantida na Liturgia deixa de ser entendida pelo povo. É certamente esta uma das causas maiores do distanciamento do povo em relação à Oração da Igreja.

Oração litúrgica, oração individual e orações populares

Em razão do seu conhecimento da língua latina e da especial consagração ao serviço de Deus, a oração litúrgica ia-se tornando, cada vez mais, oração dos clérigos, que tomaram à sua conta a participação directa e mais activa na celebração litúrgica. O povo reserva para si o papel de «espectador» e «assistente». Da «assembleia» celebrante passa-se à assembleia «assistente». O grande modo de participar é ouvir e ver. «Ver a hóstia» foi a grande devoção do século XIII. Nasce então a elevação da hóstia e do cálice e as genuflecções do celebrante em plena oração eucarística. Mas quase se não comunga; foi necessário então que aparecesse o preceito da comunhão anual, pela Páscoa (1215).

Paralelamente ao abandono da participação por parte do povo na Liturgia, existe forte movimento espiritual que havia de ver surgir toda a plêiade das Ordens chamadas Mendicantes e de influenciar, de maneira decisiva, a piedade popular, mais apoiada na sensibilidade e no subjectivismo, do que na linguagem bíblica, directamente inspiradora da oração litúrgica.

O povo cristão rezava, e muito; mas sobretudo à margem da Liturgia, ou até durante a Liturgia, mas sobrepondo-se a ela, porque esta já não era para ele a *sua* oração. E assim nasceu aquela infinidade de fórmulas que ou os fiéis ou os próprios ministros, incluindo o presidente, recitavam intercaladas nos textos normais da celebração, algumas das quais vieram até ao nosso tempo.

No que se refere à compreensão que se tinha da celebração litúrgica basta observar como se explicava a celebração da Missa e como se rezava durante ela. Desde os princípios do segundo milénio que se começou a ver na celebração da Missa como que a encenação da Paixão. Palavras e ritos foram interpretados como momentos simbólicos evocativos dos diversos passos da Paixão do Senhor. Tais explicações vieram até ao nosso

tempo. Tinha-se perdido o sentido da sacramentalidade, na sua significação mais profunda. Tudo era jogo cénico, evocação psicológica, subjectivismo sentimental. Tudo, não. A vida de fé das pessoas servia, grande parte das vezes, de suporte firme a tais expressões. Contemporâneas do renascimento clássico e pagão, foram as extraordinárias figuras de santidade que avultaram, grandes, nos séculos XV, XVI e XVII. O Espírito não se apagava, e agia na acção litúrgica; mesmo se a sua acção não era muito perceptível através dos sinais da Liturgia.

O Concílio de Trento

O século XVI foi doloroso para a Igreja. Não era só na Liturgia que as coisas não iam bem. No entanto, muitos não conseguiram contestar a Igreja na única perspectiva donde ela o pode ser de maneira autêntica e eficaz, a saber, de dentro dela mesmo. Foi o que procurou fazer o Concílio reunido em Trento (1545-1563). Entre outras, também a área da Liturgia precisava de ter a sua reforma. E bem dela necessitava. O elenco de «abusos» relacionados com a celebração da Eucaristia apresentado ao Concílio é disso a prova suficiente. É certo que o Concílio não chegou a ocupar-se muito directamente de Liturgia. Apesar disso, as definições dogmáticas sobre vários pontos da fé cristã não podiam deixar de trazer implicações litúrgicas.

Para obviar aos «abusos» que desfiguravam a sua verdadeira face, o Concílio propôs-se reencontrar a Tradição genuína da Liturgia, reconduzindo-a «à norma dos Santos Padres». Com os elementos de que então se podia dispor sobre a história da Liturgia dos primeiros séculos, começou a fazer-se a revisão dos livros litúrgicos. A reforma litúrgica tridentina não iria aliás muito além da reforma dos livros. Estes foram sendo sucessivamente publicados ao longo dos 50 anos seguintes. A descoberta da imprensa facilitava esta publicação.

Os livros litúrgicos do século XVI eram fundamentalmente livros dos ministros da Liturgia, e quase exclusivamente do presidente. Da assembleia quase se não falava.

Por outro lado, estes livros, se purificaram e reorganizaram a celebração, com critérios de maior simplificação e clareza, uniformizaram também e fixaram definitivamente a Liturgia no imobilismo que nunca antes ela tinha conhecido. Começava a «era dos rubricistas». Toda a actividade litúrgica dos séculos seguintes ao Concílio quase se reduziu a

comentários jurídicos e rubricistas feitos aos livros litúrgicos e aos Decretos da S. Congregação do Ritos, criado a seguir ao Concílio de Trento (1587) para acompanhar a execução da reforma litúrgica empreendida pelo mesmo.

Esta situação percorreu todos os 4 séculos, exactamente 4 séculos (4 de Dezembro de 1563 — 4 de Dezembro de 1963) que separaram o Concílio de Trento do Concílio Vaticano II. Caberia a este último realizar o que o primeiro desejou, mas, por então, não conseguiu. (*II Pe* 3, 8; cf. *Sl.* 89, 4).

O movimento litúrgico

No final do século XIX, a Liturgia voltou a ser objecto de especial atenção, mas, desta vez, em perspectivas que, dentro em breve, seriam o que hoje se chamariam pastorais. Começou esse notável movimento aliado à restauração, em França, da ordem beneditina, sob o impulso de D. Guéranger, restaurador do mosteiro de Solesmes (1837). O movimento, a princípio monástico e bastante voltado para o passado, voltou-se depois para o mundo dos leigos. Tomou corpo sobretudo na Bélgica, onde, em 1909, se proclamou, quase oficialmente, *Movimento litúrgico*. Ficou a dever-se este movimento ao dinamismo espiritual de D. Lambert Beauduin (1873-1960), antigo capelão de mineiros, agora monge beneditino do recente mosteiro de Mont- César (1899), em Louvain. O objectivo deste movimento era trazer o povo cristão à participação activa no mistério e na celebração da Liturgia.

Este movimento tinha sólidos alicerces na palavra enérgica do grande pastor que foi S. Pio X (1904-1914). Três meses depois de eleito, no seu primeiro grande documento pontifical, o célebre *Motu proprio* sobre a Música sacra, de 22 de Novembro de 1903, o Papa apresentava a participação dos fiéis nos mistérios da Liturgia como a fonte primária e indispensável do espírito verdadeiramente cristão, palavra que o Concílio Vaticano II fez sua e introduziu na Constituição sobre a Sagrada Liturgia (SC 14).

O movimento cresceu, mas foi sobretudo a partir da primeira Grande Guerra (1914-1918) e, mais ainda, durante e depois da segunda (1939-1945) que se foi sentindo, cada dia mais, a necessidade de levar os fiéis a participarem directamente na Liturgia, de sorte que ela fosse para

eles, em princípio e de facto, a sua oração, como membros que eram da Igreja orante.

Nalguns países mais do que noutros, sentia-se, de dia para dia, o entusiasmo crescente pela redescoberta da Liturgia como expressão normal da Igreja em oração. Foi-se ultrapassando a oposição, a princípio dolorosa, entre oração pessoal e oração litúrgica, entre oração individual e oração comunitária. E, simultaneamente, ia-se desvendando o mistério da própria Igreja.

Pio XII (1938-1958), que não era, por formação, homem da liturgia, mas o era, por situação eclesial, — era o Papa —, lançou as raízes doutrinais, para aquele tempo, das futuras grandes reformas. As encíclicas *Mystici Corporis* sobre a Igreja, Corpo místico de Cristo (1942), e *Mediator Dei* sobre a Liturgia (1947) foram marcos muito importantes na pré-história próxima da reforma litúrgica, que ele próprio iria em breve encetar. Foi, de facto, Pio XII quem começou a reforma da Liturgia. Lembremos alguns momentos da mesma: a admissão da língua vernácula (Rituais bilingues e Missal bilingue), a reforma da Vigília pascal (1951), seguida da de toda a Semana Santa (1955)), a simplificação do jejum eucarístico, as missas vespertinas (quotidianas), uma nova tradução do Saltério admitida na Liturgia, a encíclica *Musicae sacrae* (1955), o I Congresso Internacional de Liturgia (1956), que tanto brado havia de dar e que o próprio Papa quis encerrar; e, a poucos dias da morte, como seu testamento espiritual, seria ainda, já no leito onde morreu, a Instrução *De Música Sacra et de Sacra Liturgia* (1958).

Seria desconhecer a história, aliás bem recente, da reforma da Liturgia, ainda em curso (e alguma vez mais terminará?...), atribuí-la inicialmente e até exclusivamente ao Concílio. Talvez seja mais exacto dizer que foi a reforma litúrgica, então já iniciada, um dos maiores, senão o maior, propulsor da realização do Concílio Vaticano II. Pelo menos, foi pela Liturgia que ele começou, e o esquema, apresentado aos Padres conciliares e que depois veio a ser aprovado, embora com muitas correcções, foi o único que não precisou de ser substituído por outro, tal era o grau de maturidade que o assunto tinha atingido em grandes sectores da Igreja (não em todos!).

João XXIII mandou ainda publicar o novo *Codex Rubricarum*, que simplificava muito certas normas da celebração e deixava prever que, a breve trecho, uma reforma global estaria iminente.

Foi por onde começou o Concílio Vaticano II, que o mesmo Papa havia de inaugurar no dia 11 de Outubro de 1962 e cujo primeiro fruto

foi precisamente a *Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia*. Fazia nesse dia 4 de Dezembro de 1962 exactamente 400 anos que terminara o Concílio de Trento, colocando nas mãos do Papa de então, S. Pio V, o *Breviário e o Missal* reformados, com o pedido de que quisesse mandá-los publicar e mandar em seguida preparar a reforma e a publicação dos restantes livros litúrgicos. 400 anos depois seria retomada a obra então começada. Mas, «mil anos a vossos olhos... são como um dia», tinha escrito, há muitos séculos, o primeiro Papa (*II Pe* 3, 8; cf. *Sl.* 89, 3).

JOSÉ FERREIRA